

**LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DE DICIONÁRIOS BRASILEIROS DE
LÍNGUA PORTUGUESA: UMA INTERPRETAÇÃO DISCURSIVA**
(Brazilian portuguese language dictionaries bibliography: a discursive interpretation)

José Horta NUNES (UNESP – São José do Rio Preto)

ABSTRACT: This paper shows a discursive interpretation of brazilian portuguese dictionaries from the XXth century. It explicits the production conditions of some dictionaries, based on the analysis of introductory texts and a first approach of the dictionaries.

KEYWORDS: discourse; dictionary; lexicography; portuguese language

Os dicionários brasileiros de língua portuguesa são um produto do século XX. Nesse período surgem as condições de seu aparecimento e eles passam a ser utilizados em lugar dos dicionários portugueses, que circulavam até então. Após realizar um levantamento desses dicionários, propomos mostrar uma interpretação levando em conta aspectos histórico-discursivos de sua produção. Esta interpretação terá em vista explicitar as condições de produção dos dicionários, a partir da leitura de prefácios e de um primeiro contato com os textos. Trata-se de uma etapa inicial de análise, que terá seqüência com a análise de amostras de verbetes de alguns dicionários¹.

O levantamento teve em vista dicionários brasileiros de língua portuguesa. A princípio, fizemos um recenseamento que incluiu também dicionários portugueses utilizados no Brasil, já que isso permitia observar a passagem dos dicionários portugueses aos brasileiros. Foram identificados nessa etapa 96 dicionários. Em um segundo momento, delimitamos apenas os dicionários brasileiros, no total de 38, sem contar os vocabulários ortográficos. Quanto à tipologia, incluímos dicionários de língua portuguesa gerais, popular, escolar, enciclopédico, dentre outros. Não visamos a exaustividade, mas sim mostrar o aparecimento de diferentes discursos dos dicionários, com distintos modos de enunciação e imagens da língua, o que nos levou a apontar algumas tendências da lexicografia brasileira no século XX. Para o levantamento e a reflexão sobre o material levamos em conta também o trabalho de Verdelho (2002), que realiza um extenso levantamento dos dicionários portugueses, assim como o de Biderman (2002), que aborda a história dos dicionários brasileiros.

¹ Este trabalho está relacionado ao projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil (CAPES-COFECUB) e tem também o apoio da FAPESP, através do projeto “Dicionários Brasileiros de Língua Portuguesa do Século XX: História e Análise” (processo nº 01/10281-0 / Auxílio Pesquisa).

1. Organizando o material a partir das condições de produção

Nossa interpretação baseia-se no método da Análise de Discurso de linha francesa. Seguindo a perspectiva de Orlandi (1999), o dispositivo de interpretação da Análise de Discurso é visto a partir da distinção entre *dispositivo teórico* (que se refere aos conceitos fundamentais da Análise de Discurso) e *dispositivo analítico* (que é construído pelo analista a partir de seus objetivos de análise). Em um trabalho anterior (Nunes 2003), procuramos delimitar alguns conceitos da Análise de Discurso (*condições de produção, interdiscurso, formação discursiva, heterogeneidade*), a fim de operá-los na análise do dicionário como um objeto discursivo. Para isso, partimos de alguns trabalhos em Análise de Discurso, a saber, os de Collinot e Mazière (1997), Delessale (2002), bem como trabalhos em História das Idéias Lingüísticas (Auroux, 1992; Mazière, 1997; Orlandi, 2002). No presente trabalho, vamos nos ater ao conceito de *condições de produção*, operacionalizando-o com o objetivo de refletir sobre as condições de aparecimento dos dicionários brasileiros.

O conceito de *condições de produção* diz respeito, por um lado, ao contexto amplo, ou seja, ao contexto social, histórico, ideológico. Por outro lado, refere-se ao contexto imediato, situacional, enunciativo (cf. Orlandi, 1999). Para operacionalizar esse conceito são mobilizadas, como se sabe, as questões: quem fala? O quê? Para quem? Em que situação?, bem como o jogo de imagens entre os locutores. Assim perguntamo-nos qual é a posição do sujeito lexicográfico em uma conjuntura, como ele imagina seu público leitor, que imagens do dicionário e da língua são construídas? Ligado às condições de produção, temos também o *interdiscurso* (o complexo das *formações discursivas* ou *memória discursiva*). Que discursos formam a memória lexicográfica que é atualizada nos dicionários? Quais formações discursivas estão presentes e de que modo elas se articulam? Por exemplo: o discurso científico, o discurso literário, o discurso erudito e popular, o discurso enciclopédico, etc.

2. Alguns períodos da produção de dicionários brasileiros

Vamos distinguir em seguida quatro períodos da produção de dicionários brasileiros do século XX, a saber:

1. *O período de complementação* (1901-1937). Nos inícios do século XX, os dicionários brasileiros serviam como complemento dos dicionários portugueses. Seguindo a tendência da segunda metade do século XIX, continuam a surgir os dicionários de brasileirismos e de complemento. Quanto aos dicionários portugueses, circulam os aparecidos no final do século XIX, sobretudo o *No vo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1899), e o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1881). O Moraes recebe uma edição comemorativa no Brasil em 1922, ano do centenário da Independência, a qual reproduz a edição de 1813. O dicionário de Figueiredo foi criticado por não incluir brasileirismos ou inclui-los indevidamente. Já o dicionário de Caldas Aulete teve várias edições no Brasil na segunda metade do século, a partir de 1958. Isto mostra a grande aceitação desse dicionário pelo público brasileiro. Ressalte-se ainda nesse período a atuação da Academia Brasileira de Letras, com projetos de dicionários de brasileirismos e o projeto

do dicionário de Laudelino Freire. Alguns vocabulários de brasileirismos saíram pela Revista da Academia, mas o dicionário de Freire foi publicado por uma editora independente. Deste modo, consideramos que nesse período funcionou uma imagem da língua falada no Brasil como complemento da língua portuguesa, na oposição entre a ex-metrópole e o país em processo de formação da identidade nacional.

2. *O período de separação e consolidação da língua nacional* (1938-1960). No final da década de 1930, aparecem os primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa. É um momento de separação: os dicionários brasileiros ganham autonomia em relação aos portugueses. Para isso contribuiu a atuação de editoras independentes. Pela Civilização Brasileira, sai em 1938 o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, e, pela editora A Noite, sai em 1939-1944 o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire. Estes são considerados os primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa. Note-se que dois dos organizadores desses dicionários: Gustavo Barroso e Laudelino Freire eram membros da Academia Brasileira de Letras, no entanto a publicação por editoras independentes confere a esses dicionários um modo enunciativo que confere a imagem do autor independente. Diferentemente dos países que tiveram no início dos monolíngües a imagem enunciativa das Academias, como Itália, França e Espanha, formou-se no Brasil a imagem do dicionário de autor e de editora e de uma língua independente da língua portuguesa. Freire não marca os brasileirismos, pois afirma que, como se trata de um dicionário brasileiro, não há necessidade de marcá-los. Enquanto isso, Barroso e Lima, apesar de indicar os brasileirismos, reproduzindo a oposição língua portuguesa-língua falada no Brasil, marca no título a condição de “dicionário brasileiro”. Estes dois dicionários, enfim, constroem duas imagens da língua no Brasil: a dos grandes autores literários, caso de Freire, que inclui abundantes citações de autores portugueses e brasileiros, sobretudo os clássicos; e a da língua em uso, caso do *Pequeno Dicionário*, que não traz exemplos nem citações literárias, ao passo que introduz freqüentes marcações de brasileirismos. Recém-separados dos dicionários portugueses, essas obras trazem os indícios das compilações e dos acréscimos, de modo que é significativa a influência daqueles. Acrescentemos ainda nesse período o *Dicionário Popular Ilustrado*, publicado pela Livraria Teixeira, em São Paulo, 1939. Organizado por A. Lopes dos Santos, foi revisado por José dos Santos Rodrigues e volta-se para um público escolar, jovem, apresentando uma imagem da língua popular, marcada por brasileirismos, gírias e “termos chulos”.

Na década de 40 os dicionários apontam a consolidação de uma língua nacional, apresentando-se marcadamente como brasileiros. Nota-se agora a ampliação da rede editorial e a conformação de uma imagem de unidade nacional. A diversificação dos tipos também é uma característica do período, com o aparecimento de dicionários enciclopédicos e de língua. As publicações pela Editora Globo atestam esse processo. Por essa editora surgem, em 1943, o *Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado*, de Álvaro Magalhães, e em 1945, o *Dicionário Prático da Língua Nacional*, de Vicente de Carvalho. O primeiro, bastante reeditado nas décadas de 40 e 50, dá especial atenção aos termos científicos e ao desenvolvimento de verbetes fundamentais relativos a determinadas ciências. Assim a imagem da língua distingue-se daquela dos grandes autores e configura-se como a da língua da ciência. O público virtual é o de “estudantes e estudiosos”. Note-se que na introdução aparece uma série de ilustrações que

constroem a imagem da unidade nacional, civil e militar: bandeiras nacionais, trajes civis e militares utilizados no Brasil em diversas épocas, mapas políticos e físicos do Brasil e do mundo. Além disso, a Editora Globo apresenta-se com uma certa amplitude nacional, com edições no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Observe-se ainda que esse dicionário conta com especialistas desses três estados, sobretudo do Rio Grande do Sul, com colaborações de Francisco Fernandes e Érico Veríssimo. O dicionário de Vicente de Carvalho, que traz no título a nomenclatura “língua nacional”, é um dicionário escolar organizado por critério gramatical: os verbetes apresentam indicações de homógrafos e homófonos, raízes, cognatos, derivados, entre outras. Visando a “estudantes do ginásio”, teve outras edições nas décadas de 40 e 50. Outra obra do período é o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno. Publicado pelo Ministério da Educação em 1955, teve sucessivas reedições nas décadas de 50, 60 e 70. Contribuindo também para o estabelecimento de uma unidade nacional, este dicionário surge em um momento de ampliação da rede escolar, em que o Estado intervém publicando materiais escolares a preços reduzidos em relação às editoras. O caráter oficial é marcado na introdução, assinada pelo então Diretor Geral do Departamento de Educação Carlos Pasquale. Com definições breves, não traz citações de autores nem marca brasileirismos. Estabelece, assim, a imagem do dicionário didático e da língua oficial.

3. *O período de expansão (1960-1999)*. Dividimos esse período em dois outros: o primeiro caracteriza-se pela influência de noções da lingüística sincrônica e pela introdução da literatura brasileira nos verbetes e o segundo, a partir da década de 80, caracteriza-se pela influência da mídia e pela internacionalização da língua. De 1961 a 1967 é publicado o dicionário de Antenor Nascentes: *Dicionário da Língua Portuguesa*, pela Academia Brasileira de Letras. Esse dicionário realiza pela primeira vez no Brasil a marcação fonética dos termos e não apresenta citações de autores. Percebe-se um distanciamento do dicionário de autoridades e uma descrição da língua falada. A solicitação pela Academia Brasileira de um especialista externo mostra a influência da lingüística na lexicografia. Também na década de 60 aparece o *Novo Dicionário Brasileiro Melhoramentos Ilustrado*, organizado por Adalberto Prado e Silva e publicado em 1962 pela Editora Melhoramentos, de São Paulo. Contando com colaboradores da Universidade de São Paulo, como Theodoro Henrique Maurer Jr., este dicionário apresenta-se como resultante dos avanços da lingüística sincrônica. A menção, no prefácio, à noção de “sistema”, de Saussure, indica a adoção desse ponto de vista, sem que se deixe de lado no entanto a abordagem histórica da língua. As citações literárias são pouco frequentes. Por outro lado, inclui locuções da língua em uso e marcações de gírias e expressões populares. Apresenta ainda uma feição enciclopédica ou “tecnológica”, com marcações frequentes de domínios de especialidade e inclusão de termos científicos. Teve várias reedições até o final do século (1964, 1965, 1977), quando deu origem ao *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1998), também publicado pela Melhoramentos. Em 1975, surge o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, publicado pela editora Nova Fronteira, em 1975, no Rio de Janeiro. Representa um momento em que os dicionários brasileiros passam a ser mais utilizados que os portugueses. A literatura brasileira está contemplada, sobretudo com autores modernos. Inclui também cronistas, além de canções e “a língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, o falar do

povo, os linguajares diversos: regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, gíriescos”. Constrói, assim, uma imagem da “língua viva”, que teria nos cronistas um dos mais significativos representantes. Seguindo outra característica do período, esse dicionário traz locuções e exemplos elaborados pelo lexicógrafo, o que mostra, de um lado, o trabalho com a língua em uso, e, de outro, a constituição de uma discursividade edificadora através de exemplos elaborados. Por fim, concluímos este período apontando fatos característicos das décadas de 80-90. Em primeiro lugar, o aparecimento de dicionários ligados a jornais, como o *Dicionário Completo da Língua Portuguesa – Folha da Tarde*, de 1992, com coordenação de Flávio Bonfim Pestana, publicado em São Paulo pela Melhoramentos. Isso evidencia a influência da mídia na produção de dicionários, não apenas como fonte de textos para o lexicógrafo, mas como modo de enunciação editorial: “é mais um serviço oferecido pela FT para facilitar o seu dia-a-dia”. Mencionemos nesta mesma linha, em 1988, o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, em uma colaboração entre a Folha de São Paulo e a editora Nova Fronteira. Em segundo lugar, apontamos os efeitos da globalização na imagem dos dicionários. Depois de consolidada a unidade nacional, o final do século vive um movimento de internacionalização. Nota-se isso no *Dicionário Aurélio*, que passa a introduzir termos de países africanos, sustentando desse modo a imagem da língua portuguesa como língua internacional. Em terceiro lugar, apontamos o surgimento dos dicionários eletrônicos, que, a princípio, apenas reproduzem a edição impressa, introduzindo inovações no modo de consulta. As transformações tecnológicas induzem ao trabalho com grandes corpus informatizados, cujos resultados o século XXI começa a sentir, mas que foge aos limites desta pesquisa.

3. Conclusão

A interpretação do levantamento bibliográfico, fundamentada na explicitação das condições de produção dos dicionários, mostra algumas transformações nos estados discursivos e nas formas dicionarísticas. Neste fechamento, gostaríamos de suscitar algumas questões para pensar as condições de produção em sentido amplo. No início do século, que corresponde ao nosso primeiro período, o Brasil era um país predominantemente rural e marcado pela política oligárquica. A prevalência dos dicionários de complemento, com a delimitação da nomenclatura de termos da fauna e flora pode ser remetida a este fato. No segundo período, de separação dos dicionários portugueses, aparecem os dicionários brasileiros. É quando ganha corpo um processo de urbanização, escolarização e industrialização, surgindo nos centros urbanos um público leitor de dicionários, nas escolas, instituições públicas e comércio. O aparecimento de editoras na década de 30 indica também a emergência de um movimento cultural que teve reflexos na produção dicionarística. O processo de urbanização avança com a ampliação da rede escolar, o crescimento dos centros urbanos e a decorrente demanda por ciência e tecnologia. As políticas de integração nacional e o fortalecimento das instituições do Estado levam ao fomento de dicionários escolares para uma grande massa. Além disso, a ampliação da rede editorial permite a circulação de dicionários em uma escala maior, bem como a diversificação dos tipos, surgindo tanto os de feição enciclopédica, quanto os de feição lingüística. No quarto e último período, o Brasil se torna um país predominantemente urbano, industrializado e com instituições políticas e

culturais consideravelmente consolidadas. Resulta disso o aparecimento de grandes dicionários que incorporam tanto a literatura brasileira, com os autores mais recentes, quanto as discursividades cotidianas e mediáticas. A influência da lingüística sincrônica nesse período, ainda que não suspenda os procedimentos de cópia, marca uma prática de exclusão de formas antigas e inclusão de descrições atuais. Este, período, atravessado inicialmente por ânses de centralismo do Estado, representa um momento de estabelecimento dos grandes dicionários, mais utilizados então do que os dicionários portugueses. As décadas de 80 e 90 apontam para um movimento de globalização, com o discurso neoliberal e a internacionalização das relações econômicas. Como consequência, o dicionário deixa de ser visto tanto como um instrumento de unidade nacional e começa a representar uma imagem internacional da língua. Surge também a figura de um sujeito pragmático, envolvido com necessidades cotidianas e imediatas (de educação, cultura, ciência, profissionalização, etc.) e rodeado pela mídia e pelas inovações tecnológicas.

RESUMO: Este artigo apresenta uma interpretação discursiva de um levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de língua portuguesa do século XX. Mostram-se as condições de produção de alguns dicionários, com base em uma análise de preâmbulos e em um primeiro contato com os textos.

PALAVRAS-CHAVE: *discurso; dicionário; lexicografia; língua portuguesa*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.
- BIDERMAN, M.T.C. “A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no Português do Brasil”, in *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, J.H. NUNES e M. PETTER (Org.). São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes, 2002.
- DELESSALE S. e VALENSI L. A palavra “Nègre” nos Dicionários Franceses do Antigo Regime. *História e Lexicografia, Rua*, Campinas, 8:9-42, 2002.
- NUNES, J. H. “Dicionarização no Brasil: condições e processos”, in *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, J.H. NUNES e M. PETTER (Org.). São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes, 2002.
- _____. “Discurso e definição lexicográfica”, no prelo pela revista *Língua e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. P. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- COLLINOT, A. & MAZIERE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- VERDELHO, T. (2002), “Uma breve história da lexicografia portuguesa”, in *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*, J.H. NUNES e M. PETTER (Org.). São Paulo: Humanitas, Campinas: Pontes, 2002.